



ISSN:2763-5716

**POLIGES**Revista de Políticas Públicas e
Gestão Educacional

ITAPETINGA,

2026

INDICADORES EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ARTICULAÇÕES COM A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

EDUCATIONAL INDICATORS IN CONTINUING TEACHER EDUCATION,
ARTICULATIONS WITH STRICTO SENSU POSTGRADUATE STUDIES

INDICADORES EDUCATIVOS EN LA FORMACIÓN CONTINUA DE
PROFESORES, ARTICULACIONES CON EL POSGRADO STRICTO SENSU

Vidiane Casimiro da Silva

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-4914-7896>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS - Brasil

Marcello Ferreira

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4945-3169>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19547

Resumo: Este artigo tem por objeto os indicadores educacionais aplicados à formação continuada de professores da Educação Básica, com foco em sua articulação com a pós-graduação stricto sensu. A questão de pesquisa investiga como esses indicadores orientam a formulação e a organização das políticas públicas de formação docente. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos sobre avaliação educacional e profissionalização docente. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com análise crítica de produções acadêmicas e documentos institucionais. As categorias analíticas envolvem indicadores, regulação, formação continuada e pós-graduação. Os resultados indicam que tais instrumentos estruturam o monitoramento das políticas, embora apresentem limitações quanto à apreensão de dimensões qualitativas do trabalho docente.

Palavras-chave: Indicadores educacionais; formação continuada; professores; pós-graduação stricto sensu; políticas públicas

Abstract: This article examines educational indicators applied to continuing teacher education in Basic Education, focusing on their articulation with stricto sensu postgraduate studies. The research question investigates how these indicators guide the formulation and organization of public policies for teacher education. The study is grounded in theoretical frameworks on educational evaluation and teacher professionalization. A qualitative bibliographic approach is adopted, based on critical analysis of academic literature and institutional documents. The analytical categories include indicators, regulation, continuing education, and postgraduate

studies. The findings suggest that these instruments structure policy monitoring, although they present limitations in capturing qualitative dimensions of teaching practice.

Keywords: Educational indicators; continuing education; teachers; *stricto sensu* postgraduate studies; public policy

Resumen: Este artículo tiene como objeto los indicadores educativos aplicados a la formación continua de profesores de la Educación Básica, con énfasis en su articulación con el posgrado *stricto sensu*. La pregunta de investigación analiza cómo estos indicadores orientan la formulación y la organización de las políticas públicas de formación docente. El estudio se fundamenta en referentes teóricos sobre evaluación educativa y profesionalización docente. Se adopta un enfoque cualitativo, de naturaleza bibliográfica, con análisis crítico de producciones académicas y documentos institucionales. Las categorías analíticas comprenden indicadores, regulación, formación continua y posgrado. Los resultados señalan que dichos instrumentos estructuran el monitoreo de las políticas, aunque presentan limitaciones en relación con la comprensión de dimensiones cualitativas del trabajo docente.

Palabras clave: indicadores educativos; formación continua; profesores; posgrado *stricto sensu*; políticas públicas

INTRODUÇÃO

Em 2026, o governo federal sancionou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo diretrizes para o período de 2026 a 2036 e atribuindo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Ministério da Educação (MEC) responsabilidades diretas sobre as metas relacionadas à pós-graduação e à formação de professores da Educação Básica. Entre os objetivos definidos, destaca-se a meta de formar 60 mestres e 20 doutores por 100 mil habitantes, além da determinação de que ao menos 70% dos docentes da rede pública possuam formação em nível de pós-graduação, com ênfase na equidade e na inclusão de regiões e grupos historicamente sub-representados (Brasil, 2026). Tal cenário evidencia a centralidade da pós-graduação *stricto sensu* como política pública basilar para a qualificação docente, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de mecanismos consistentes de acompanhamento e avaliação, capazes de mensurar não apenas a expansão da titulação, mas também sua distribuição e articulação com as demandas educacionais do país.

Este artigo tem por objetivo detalhar os indicadores educacionais como elementos estruturantes das políticas públicas voltadas à formação continuada de professores da Educação Básica, com ênfase em sua articulação com a pós-graduação *stricto sensu*. Parte-se da compreensão de que a formulação de políticas educacionais exige não apenas diretrizes normativas, mas instrumentos que permitam

traduzir a complexidade da realidade em dados sistematizados, viabilizando intervenções mais qualificadas e contextualizadas. Nessa perspectiva, reconhece-se que as políticas educacionais se configuram em ambientes marcados por disputas e interpretações múltiplas, uma vez que as políticas são definidas contra e ao lado de compromissos, valores e formas de experiência existentes.

Um quadro da atuação das políticas precisará considerar um conjunto de condições objetivas em relação a um conjunto de dinâmicas interpretativas subjetivas (Mainardes, 2018, p. 5). Nesse panorama, os indicadores assumem papel estratégico ao orientar decisões, direcionar investimentos e possibilitar o monitoramento das metas estabelecidas, especialmente aquelas vinculadas à formação docente em nível de pós-graduação.

A abordagem metodológica adotada fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, orientada pela análise crítica da produção teórica recente no campo das políticas educacionais e da formação docente. A delimitação central recai sobre o papel dos indicadores educacionais na mediação entre diagnóstico e ação, especialmente no que se refere à qualificação de professores por meio da pós-graduação *stricto sensu* e às iniciativas que buscam promover inovação no desenvolvimento profissional docente. A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender como tais instrumentos influenciam a construção, a implementação e a avaliação das políticas, particularmente em uma estrutura marcada por desigualdades regionais e por disputas em torno dos sentidos da qualidade educacional.

Ao planejar e implementar políticas públicas de educação, os atores envolvidos necessitam identificar demandas sociais e necessidades educacionais específicas de diferentes contextos, de modo a garantir que as ações propostas atendam de forma adequada aos diversos públicos. Nesse processo, os indicadores educacionais se configuram como medidas quantitativas e qualitativas que possibilitam avaliar e monitorar múltiplos aspectos do sistema educacional. Elaborados a partir de dados provenientes de censos, pesquisas e avaliações, esses instrumentos abrangem dimensões como acesso à educação, qualidade do ensino, desempenho dos estudantes, formação docente, infraestrutura escolar e permanência escolar (Inep, 2023). Assim, consolidam-se como referências indispensáveis para o

acompanhamento das metas educacionais estabelecidas em âmbito nacional e internacional.

A base teórica que sustenta esta análise é composta por autores que discutem políticas educacionais, formação docente e avaliação, articulando perspectivas críticas e contemporâneas sobre o papel dos indicadores na regulação da educação. Como parte do corpus documental, serão revisados artigos acadêmicos, capítulos de livros e textos teóricos que oferecem uma sistematização crítica sobre a relação entre dados educacionais, tomada de decisão e qualidade do ensino. A análise dialogará com outras produções relevantes, disponíveis em bases acadêmicas e obras de referência, compondo uma visão ampla e articulada do tema, com foco nas implicações dos indicadores para a formação continuada. A pesquisa tem como propósito aproximar o pesquisador do conjunto de produções já existentes sobre o tema investigado, possibilitando o contato direto com o conhecimento previamente sistematizado na área (Marconi; Lakatos, 2011, p. 44).

Assim, o percurso metodológico deste artigo parte da seleção e leitura crítica do material teórico, seguida da organização temática das ideias e da produção de um texto argumentativo-interpretativo. O intuito é proporcionar uma contribuição teórica sólida e atualizada ao debate sobre a centralidade dos indicadores na formulação de políticas educacionais, evidenciando seus limites e potencialidades. Ao explorar a relação entre indicadores, formação docente e tangibilidade das políticas, busca-se ampliar a compreensão sobre como esses instrumentos podem contribuir para a construção de propostas mais equitativas, consistentes e comprometidas com a qualidade da educação pública.

DINÂMICAS ATUAIS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO

As propostas de inovação na formação continuada de professores da Educação Básica, em especial por meio da pós-graduação *stricto sensu*, inserem-se em um arranjo de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras, marcado pela ampliação das exigências de qualificação docente, pela centralidade da avaliação e pela crescente articulação entre Estado e terceiro setor. A incorporação da pós-graduação como estratégia de desenvolvimento profissional expressa a compreensão

de que a melhoria da qualidade da educação pública depende da consolidação de uma docência intelectualmente qualificada e socialmente reconhecida. Como afirma Gatti (2008), a formação continuada precisa estar integrada ao cotidiano escolar e às condições reais do trabalho docente (Gatti, 2008, p. 64), sob risco de se reduzir a um processo meramente certificador.

No âmbito das instituições públicas, destacam-se iniciativas vinculadas à Capes, entre elas o Programa de Formação de Professores da Educação Básica, conhecido como ProEB, que busca ampliar o acesso de docentes em exercício à formação *stricto sensu*, articulando pesquisa acadêmica e demandas das redes de ensino (Brasil, 2024). Essa proposta parte do pressuposto de que a produção de conhecimento educacional pode contribuir para a qualificação da prática pedagógica e para o fortalecimento institucional das escolas públicas. Entretanto, conforme adverte Mainardes (2006), as políticas educacionais devem ser compreendidas como processos dinâmicos e atravessados por disputas, pois as políticas são interpretadas e recriadas nos diferentes contextos de prática. Assim, a efetividade do ProEB depende não apenas de sua formulação normativa, mas das condições concretas de implementação nas universidades e nas redes escolares.

Paralelamente às iniciativas estatais, observa-se a atuação crescente do terceiro setor na formulação e no financiamento de programas voltados à formação docente. A Fundação Lemann, por exemplo, desenvolve o Lemann Fellowship, programa que promove a formação de lideranças educacionais em instituições internacionais de excelência, com a finalidade de influenciar políticas públicas e práticas de gestão educacional no Brasil (Fundação Lemann, 2024). Tal iniciativa expressa uma concepção de inovação associada à circulação internacional de ideias e à constituição de redes globais de influência. No entanto, essa dinâmica também revela a presença de diferentes projetos de educação em disputa. Como apontam Marx e Engels (2007), as ideias dominantes são, em cada época, as ideias da classe dominante (Marx; Engels, 2007, p. 47), indicando que as propostas formativas não são neutras, mas refletem interesses e relações de poder.

Desse modo, tanto o ProEB quanto o Lemann Fellowship exemplificam modelos distintos de intervenção na formação continuada, ainda que compartilhem o discurso da inovação e da qualificação docente. Enquanto o primeiro se ancora na estrutura pública de pós-graduação e na lógica de financiamento estatal, o segundo opera por

meio de parcerias filantrópicas e redes internacionais, enfatizando liderança e gestão educacional. A coexistência dessas iniciativas evidencia a complexidade do cenário contemporâneo, no qual políticas públicas e ações do terceiro setor se entrelaçam, produzindo novos arranjos institucionais (Silva e Ferreira, no prelo).

Na condição analítica apresentada, torna-se necessário ultrapassar a simples exposição das iniciativas e direcionar a reflexão aos fundamentos que lhes conferem estrutura e orientação. A análise dos critérios que sustentam as noções de qualidade, impacto e efetividade dessas propostas exige o exame dos indicadores mobilizados tanto em sua formulação quanto em seus processos avaliativos. A seção seguinte dedica-se a analisar o papel dos indicadores educacionais na formulação, implementação e avaliação das políticas de formação continuada de professores da Educação Básica. Busca-se compreender de que maneira esses instrumentos contribuem para a leitura da realidade educacional, para a definição de prioridades e para o monitoramento das ações formativas, bem como discutir seus limites e implicações no contexto das políticas públicas voltadas à qualificação docente.

INDICADORES EDUCACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

A centralidade dos indicadores educacionais no campo das políticas públicas decorre de sua capacidade de sintetizar informações complexas e orientar decisões em situações marcadas por múltiplas demandas e restrições. No âmbito da formação continuada de professores da Educação Básica, esses instrumentos assumem papel estratégico ao permitir o acompanhamento de condições estruturais, níveis de qualificação e padrões de distribuição da força de trabalho docente. Conforme destacam Demarchi e Maieski (2025), os indicadores de educação são elementos essenciais para a formulação de políticas educacionais, tomada de decisões e investimentos em educação, além de serem ferramentas importantes para acompanhar o progresso em relação as metas e objetivos educacionais estabelecidos tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto em acordos e tratados internacionais. Essa função de monitoramento revela o potencial dos indicadores para subsidiar políticas mais alinhadas às necessidades reais do sistema educacional.

A utilização desses instrumentos, contudo, não se limita à mensuração de resultados, mas envolve a produção de diagnósticos que orientam a definição de prioridades e estratégias de intervenção. A análise sistemática dos dados permite identificar lacunas na formação docente, desigualdades regionais e fragilidades institucionais que impactam diretamente a qualidade do ensino. Nesse sentido, evidencia-se que a utilização de indicadores sociais como ferramenta para a implementação de políticas públicas na área da educação pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a garantia do acesso à educação para todos os cidadãos (Demarchi; Maieski, 2025). A partir dessa perspectiva, os indicadores tornam-se dispositivos de mediação entre a realidade educacional e a ação estatal, ampliando a capacidade de planejamento e gestão.

No contexto da formação continuada, a articulação entre indicadores e necessidades concretas dos docentes constitui elemento fundamental para a efetividade das políticas. A simples expansão de cursos ou programas formativos não garante, por si só, a melhoria da prática pedagógica. Torna-se necessário considerar as demandas específicas dos professores, suas condições de trabalho e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Como assinala Do Nascimento (2023, p. 11), a formação continuada, quando atrelada às necessidades e anseios docentes, mediante a consulta aos sujeitos envolvidos, pode repercutir em melhorias no repertório de conhecimentos específicos, didáticos e pedagógicos dos professores. Essa compreensão reforça a importância de indicadores que capturem não apenas a participação em ações formativas, mas também sua relevância e aplicabilidade.

A literatura especializada também aponta que os indicadores educacionais desempenham papel essencial na compreensão das múltiplas dimensões que influenciam a qualidade da educação e tais instrumentos possibilitam o conhecimento da realidade, favorecendo a explicitação de elementos que potencializam uma compreensão mais apurada acerca de fatores e elementos que impactam e influenciam na qualidade educacional (Ferreira Filho; Abreu; Pereira Neto, 2020). Essa capacidade analítica amplia o alcance das políticas públicas, permitindo intervenções mais direcionadas e fundamentadas em evidências. No entanto, também impõe o desafio de interpretar os dados de forma contextualizada, evitando leituras simplificadas ou descoladas das condições concretas das escolas.

Outro aspecto relevante diz respeito à integração entre indicadores educacionais e avaliações em larga escala. Essas avaliações produzem informações sistemáticas sobre o desempenho dos estudantes e as condições de ensino, contribuindo para a formulação de políticas voltadas à melhoria da qualidade educacional. Paula *et al.* (2021) afirma que as avaliações de larga escala potencializam a evidência de elementos que podem auxiliar os organismos políticos educacionais, com finalidade de gerenciamento da educação, no planejamento e desenvolvimento de ações que reverberem em melhorias concernentes ao trabalho docente e das instituições. A articulação entre esses dados e os indicadores de formação docente possibilita análises mais abrangentes sobre a relação entre qualificação profissional e resultados educacionais.

Apesar de sua relevância, o uso de indicadores na formulação de políticas de formação continuada apresenta limites que precisam ser problematizados. Indicadores de valorização profissional também são centrais. Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) indica que políticas de formação sem valorização salarial e melhoria das condições de trabalho apresentam baixa efetividade (UNESCO, 2024), bem como os resultados de aprendizagem devem ser analisados de forma contextualizada. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconhece que o desempenho estudantil depende de múltiplos fatores e não pode ser atribuído exclusivamente à formação docente (OCDE, 2022). A predominância de métricas quantitativas tende a privilegiar aspectos como titulação e participação em cursos, em detrimento de dimensões qualitativas relacionadas à transformação da prática pedagógica e ao impacto institucional. Além disso, há o risco de que os indicadores sejam utilizados como instrumentos de controle e responsabilização, reforçando lógicas de padronização e reduzindo a complexidade do trabalho docente a parâmetros mensuráveis. Essa tensão evidencia a necessidade de construir abordagens analíticas que integrem diferentes tipos de evidência, articulando dados quantitativos e qualitativos.

Uma análise crítica dos indicadores educacionais requer reconhecer seu duplo papel. Por um lado, constituem ferramentas indispensáveis para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Por outro, refletem concepções específicas de educação, qualidade e profissionalização docente, podendo orientar as

políticas em direções distintas. O desafio consiste em utilizar esses instrumentos de forma reflexiva e contextualizada, evitando sua redução a mecanismos tecnocráticos de gestão. Assim, ao mesmo tempo em que os indicadores ampliam a capacidade de intervenção do Estado e de outros atores, também exigem constante problematização, de modo a garantir que contribuam efetivamente para a valorização docente e para a melhoria da educação pública.

A seção seguinte analisa os indicadores vinculados ao professor e sua relação com a tangibilidade da formação continuada, buscando compreender em que medida esses instrumentos evidenciam efeitos concretos na prática docente e no contexto escolar.

INDICADORES ATRELADOS AO PROFESSOR E À TANGIBILIDADE DA FORMAÇÃO

A análise dos indicadores oficiais relacionados à formação continuada de professores da Educação Básica revela um conjunto diversificado de métricas produzidas por diferentes instâncias institucionais, com finalidades distintas e níveis variados de complexidade analítica, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores oficiais de formação continuada de professores no Brasil

Dimensão	Indicador	Fonte	Natureza
Titulação e qualificação	Percentual de docentes com curso superior	INEP – Censo Escolar	Quantitativo
Titulação formal	Percentual de docentes com pós-graduação	INEP – Censo Escolar	Quantitativo
Titulação <i>stricto sensu</i>	Percentual de docentes com mestrado e doutorado	INEP / Capes	Quantitativo
Monitoramento nacional	Meta 16, Indicador 16A, docentes com pós-graduação	INEP – PNE	Quantitativo
Monitoramento nacional	Meta 16, Indicador 16B, docentes que realizaram formação continuada	INEP – PNE	Quantitativo
Adequação da formação	Indicador de Adequação da Formação Docente	INEP	Quantitativo
Participação em formação	Participação em cursos de formação continuada	INEP - SAEB	Quantitativo
Inserção na PG	Matrículas de professores da EB na pós-graduação	Capes	Quantitativo

Titulação obtida	Taxa de conclusão de mestrado profissional	Capes	Quantitativo
Inserção social	Impacto social dos programas de PG	Capes	Quali-quantitativo
Esforço docente	Indicador de Esforço Docente	INEP	Quantitativo
Regularidade docente	Indicador de Regularidade Docente	INEP	Quantitativo
Investimento público	Recursos aplicados em formação docente	MEC	Quantitativo
Distribuição regional	Oferta de vagas por região	MEC / Capes	Quantitativo
Avaliação da pós-graduação	Avaliação Quadrienal 2021–2024	Capes	Quantitativo
Produção aplicada	Produtos educacionais vinculados à EB	Capes	Qualitativo

Fonte: Capes (2024); INEP (2023,2024); MEC (2025).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), por meio do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), disponibiliza indicadores estruturais que permitem mapear a titulação docente, a adequação da formação à área de atuação e a participação em atividades formativas. Tais indicadores cumprem função diagnóstica relevante, porém concentram-se predominantemente em dimensões quantitativas, limitando a apreensão de aspectos qualitativos da prática pedagógica. O MEC, por sua vez, opera indicadores voltados à gestão e ao monitoramento de políticas públicas, como número de professores atendidos, oferta regional de vagas e investimentos aplicados. Essa dimensão gerencial permite acompanhar a execução das ações, mas não necessariamente mede sua efetividade pedagógica.

Já a Capes apresenta indicadores mais complexos no âmbito da avaliação da pós-graduação, incluindo inserção social, impacto da produção técnica e articulação com redes públicas. A incorporação do critério de inserção social representa avanço significativo, pois aproxima a avaliação acadêmica das demandas da Educação Básica. Contudo, observa-se que o sistema de indicadores brasileiro ainda privilegia métricas de titulação formal e cobertura quantitativa. A dimensão da tangibilidade, entendida como transformação qualitativa da prática docente e fortalecimento institucional da escola, permanece parcialmente capturada pelas bases oficiais.

Essa constatação reforça a necessidade de articular indicadores estruturais a análises qualitativas, especialmente quando se investigam propostas de inovação

formativa via pós-graduação *stricto sensu*. A centralidade da titulação não garante, por si, mudança pedagógica substantiva, exigindo que os indicadores dialoguem com processos concretos de desenvolvimento profissional. Desse modo, a construção de um quadro analítico integrado, que articule qualidade, equidade, regulação e tangibilidade, mostra-se fundamental para avaliar criticamente as políticas de formação continuada implementadas tanto pelo poder público quanto pelo terceiro setor.

Quanto à tangibilidade da formação continuada de professores da Educação Básica, quando analisada como contribuição analítica, pode ser entendida como a capacidade de uma política produzir efeitos observáveis e sustentáveis no trabalho docente, na organização pedagógica da escola e na dinâmica institucional das redes. No entanto, as bases oficiais brasileiras tendem a capturar com maior robustez as dimensões de cobertura, titulação e condições objetivas do exercício profissional, como demonstram os indicadores educacionais do INEP, por exemplo adequação da formação, esforço docente e regularidade do corpo docente.

No campo do monitoramento nacional, a Meta 16 do Plano Nacional de Educação fornece um enquadramento estratégico para analisar a tangibilidade em dois sentidos complementares. O Indicador 16A observa a expansão da pós-graduação entre docentes da Educação Básica, enquanto o Indicador 16B acompanha a proporção de professores que realizaram cursos de formação continuada. Embora relevantes, tais indicadores descrevem alcance e participação, mas não asseguram, por si, evidências sobre a transformação qualitativa das práticas pedagógicas.

Uma possibilidade metodológica para avançar na tangibilidade com base em fontes oficiais consiste em articular indicadores estruturais do INEP com variáveis de contexto presentes nos questionários do SAEB, que incluem informações sobre formação, experiências profissionais e condições de trabalho. Essa triangulação permite analisar se níveis distintos de exposição a formações e condições do exercício docente se associam a ambientes escolares com maior estabilidade, menor esforço e maior adequação formativa.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu* voltada à rede pública, a Capes normatiza o ProEB como política orientada à qualificação de professores em exercício, o que o posiciona como referência empírica para analisar a promessa de inovação e seus efeitos esperados na Educação Básica. Ainda assim, a tangibilidade exige

observação de mediações institucionais, pois a política não se realiza apenas no desenho normativo, mas na interação entre universidades, redes e escolas.

Por fim, a Avaliação Quadrienal da Capes oferece parâmetros institucionais que podem ser utilizados como proxies de retorno social e qualidade, por meio de dimensões avaliativas e instrumentos atualizados no período 2021 a 2024. Em conjunto, INEP, MEC e Capes compõem uma arquitetura de indicadores que, quando integrada, amplia a capacidade analítica para discutir tangibilidade como materialização processual, e não como resultado automático da titulação ou da participação em cursos.

CONCLUSÃO

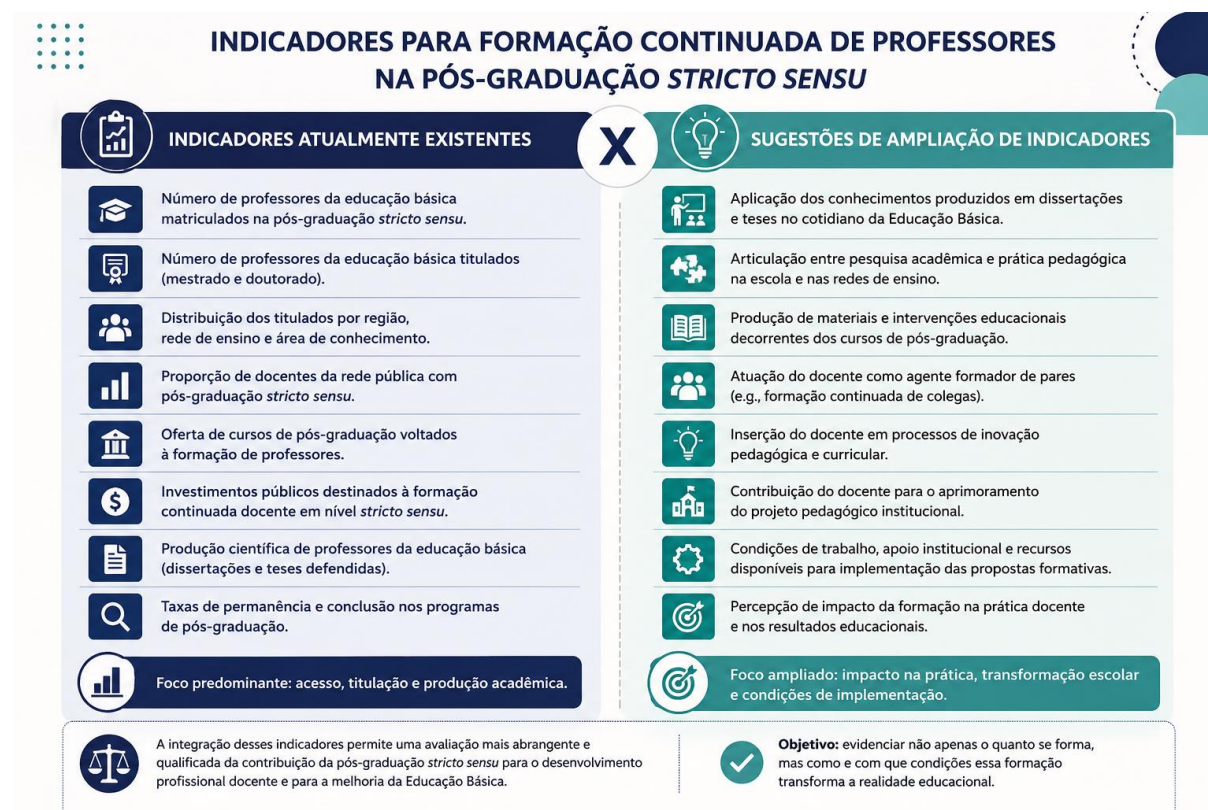
A presente pesquisa teve como propósito central detalhar indicadores de políticas públicas para a formação continuada de professores da Educação Básica, a partir da análise do referencial teórico da área. Ao longo da discussão, evidenciou-se que tais instrumentos desempenham papel relevante na organização das ações educacionais, ao permitir a sistematização de informações, o acompanhamento de metas e a orientação de decisões no âmbito da gestão pública. O corpus teórico analisado reforça que a construção desses parâmetros não se restringe à dimensão técnica, estando associada a concepções de qualidade, profissionalização docente e regulação educacional. Desse modo, a análise dos indicadores revela não apenas dados sobre a realidade, mas também perspectivas que influenciam a formulação das políticas.

Na conjuntura brasileira, observa-se que os indicadores oficiais relacionados à formação continuada concentram-se predominantemente em aspectos quantitativos, como titulação, participação em cursos e adequação da formação à área de atuação. Embora esses elementos sejam fundamentais para o diagnóstico do sistema educacional, sua ênfase pode limitar a compreensão de dimensões qualitativas mais complexas, como a transformação da prática pedagógica e o impacto institucional das ações formativas. Além disso, a fragmentação entre diferentes bases de dados e instâncias de produção de indicadores dificulta a construção de uma visão integrada sobre o desenvolvimento profissional docente, o que compromete a efetividade das políticas implementadas.

Diante dessas limitações, mostra-se pertinente ampliar o escopo dos indicadores, com ênfase específica na formação continuada de professores por meio da pós-graduação *stricto sensu*. Torna-se necessário incorporar dimensões que permitam captar com maior precisão os efeitos dessa modalidade formativa no cotidiano escolar e nas redes de ensino. Nesse sentido, ganham relevância indicadores que evidenciem a aplicação dos conhecimentos produzidos em dissertações e teses no cenário da Educação Básica, a articulação entre pesquisa acadêmica e prática pedagógica, bem como a produção de materiais e intervenções educacionais decorrentes dos cursos. Além disso, indicadores que mensurem a atuação do docente como agente formador de pares, sua inserção em processos de inovação pedagógica e sua contribuição para o aprimoramento do projeto pedagógico institucional podem qualificar a análise do impacto da pós-graduação. Complementarmente, a inclusão de métricas que considerem condições de trabalho, apoio institucional e possibilidades reais de implementação das propostas formativas amplia a compreensão sobre a efetividade dessas políticas, situando-as de forma mais consistente no quadro em que se materializam.

Torna-se pertinente destacar que a consolidação de indicadores relacionados à formação continuada de professores na pós-graduação *stricto sensu* ainda se concentra, predominantemente, em dimensões quantitativas, como titulação, matrículas e permanência nos programas. Entretanto, a ampliação das discussões acerca da qualidade da formação docente evidencia a necessidade de incorporar parâmetros capazes de captar elementos mais próximos da realidade escolar e da atuação profissional dos docentes. Nesse sentido, a figura a seguir apresenta uma síntese comparativa entre os indicadores oficiais atualmente utilizados e possíveis dimensões complementares que podem contribuir para uma análise mais abrangente da formação continuada na Educação Básica.

Figura 1 – Indicadores atualmente existentes e sugestões de ampliação para a formação continuada de professores na pós-graduação *stricto sensu*.



Fonte: Indicadores do INEP, MEC e Capes; gerada por OpenAI, 2026.

A representação evidencia que os indicadores atualmente consolidados priorizam aspectos relacionados ao acesso, titulação e produção acadêmica, enquanto as propostas complementares buscam contemplar dimensões qualitativas vinculadas à prática pedagógica, à inovação educacional e às condições institucionais de implementação das ações formativas. Tal articulação amplia as possibilidades analíticas sobre a formação continuada docente, permitindo uma compreensão mais integrada entre pós-graduação, desenvolvimento profissional e demandas concretas da Educação Básica.

Por fim, uma leitura crítica do papel dos indicadores evidencia que, embora sejam instrumentos indispensáveis para o planejamento e a avaliação das políticas educacionais, seu uso acrítico pode reforçar lógicas reducionistas e tecnicistas, desconsiderando a complexidade do trabalho docente. Em contraponto, a ausência de parâmetros sistematizados dificultaria a construção de políticas baseadas em evidências, fragilizando a capacidade de intervenção do Estado. Assim, o desafio

consiste em equilibrar a utilização desses instrumentos, articulando dados quantitativos e qualitativos, de modo a promover uma compreensão mais ampla da formação continuada. Essa perspectiva aponta para a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos indicadores, orientado por princípios de equidade, relevância social e compromisso com a qualidade da educação pública.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores educacionais: adequação da formação docente**. Brasília: INEP, 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel de monitoramento do Plano Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação: Meta 16**. Brasília: INEP, 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Questionários do SAEB**. Brasília: INEP, 2023.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação quadrienal 2021–2024**. Brasília: CAPES, 2024.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Educação estabelece metas para a CAPES**. Brasília: CAPES, 2026.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Formação de Professores da Educação Básica (ProEB)**. Brasília: CAPES, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Investimentos e programas do MEC fortalecem a educação**. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Formação: políticas e programas de formação continuada**. Brasília: MEC, 2025.
- DEMARCHI, Clovis; MAIESKI, Elaine Cristina. Indicadores educacionais e políticas públicas: resultados da pesquisa na educação básica em municípios com até 10 mil habitantes no estado de Santa Catarina. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 4233-4256, 2025.
- DO NASCIMENTO, Francisco Jeovane et al. Reverberações da formação continuada nos indicadores educacionais de uma escola pública estadual cearense. **Revista de**

Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, v. 4, p. e023002-e023002, 2023.

FERREIRA FILHO, Luciano Nery.; ABREU, Maria Cristina Alves de; PEREIRA NETO, Francisco Edmar. Análise de indicadores docentes em escolas de alto e baixo desempenho da rede pública estadual do Ceará. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v.1, n.1, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e020001>

FUNDAÇÃO LEMANN. **Fellowship: desenvolvendo lideranças comprometidas com a educação**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br>. Acesso em: 25 set. 2025.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1355–1379, 2008.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional The policy cycle approach: exploring some challenges of its use in the field of Education Policy El enfoque del ciclo de políticas: explorando algunos desafíos de su. **Jornal de Políticas Educacionais**. V, v. 12, n. 16, p. 1, 2018.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OCDE. **Education at a glance 2022: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2022.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento et al. Impactos da pandemia da Covid-19 nas avaliações de larga escala no Brasil: breves reflexões. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e021010>.

SILVA, Vidiane. C.; FERREIRA, Marcello. Ciclo de políticas e formação *stricto sensu* de professores: programas da Capes e Fundação Lemann. **Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília**, v. 21, n. 42, No prelo.

UNESCO. **Global report on teachers 2024**. Paris: UNESCO, 2024.

SOBRE OS AUTORES

Vidiane Casimiro da Silva

Doutoranda em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRGS - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Correio eletrônico: vidiane.silva@capes.gov.br.

Marcello Ferreira

Doutor em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRGS - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Correio eletrônico: marcellof@unb.br.

Recebido em: 28 de maio de 2026

Aprovado em: 17 de junho de 2026

Publicado em: 30 de junho de 2026

Como citar

SILVA, Vidiane Casimiro da Silva; FERREIRA, Marcello. Indicadores educacionais na formação continuada de professores, articulações com a pós-graduação *stricto sensu*. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 331–347, 2026. DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19547. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/19547>. Acesso em: 30 jun. 2026.